

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO

**DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA SATA HOLDING, S.A.**

29 DE DEZEMBRO DE 2022



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 22 de dezembro de 2022, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, São Miguel e com recurso a videoconferência, a fim de proceder à audição do Dr. Luis Manuel da Silva Rodrigues, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da SATA HOLDING, S.A.

O *Curriculum Vitae* do Dr. Luis Manuel da Silva Rodrigues fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).



2º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

O Dr. Luis Manuel da Silva Rodrigues, na qualidade de gestor indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da SATA HOLDING, S.A fez uma apresentação inicial do seu Currículo *Vitae*, fazendo uma apresentação dos últimos 3 anos da SATA e do que poderá ser o futuro.

Referiu-se à SATA como uma empresa em dificuldades e com problemas técnicos, uma empresa que estava escondida no mercado. Acrescentou que a situação se agravou com a reestruturação imposta por Bruxelas, a pandemia, a escalada sustentada dos combustíveis, a desvalorização do euro, a inflação e também pelas disrupções graves nos aeroportos no verão de 2022.

Explicou que em termos de passageiros, a SATA tem estado muito mais bem posicionada do que as restantes companhias a nível mundial e que as receitas têm estado muito acima do plano negociado com Bruxelas.

Disse que o ano 2023 será marcado pelo processo de privatização da SATA (Azores Airline), processo particularmente complexo e lembrando que os primeiros mercados a servir são o povo açoriano e a diáspora. Esses dois mercados têm que ficar assegurados neste processo de privatização, é a mobilidade primária da SATA que está em causa. Garantiu, também, a manutenção do serviço inter-ilhas.

Mostrou uma preocupação com os trabalhadores e com a eficiência (que seja dos mais eficientes da indústria) promovendo a sustentabilidade da empresa.

Por fim, espera que a SATA, continue a ser um motor económico e social da região.

De seguida deu-se início aos pedidos de esclarecimentos por parte dos Deputados.

O Deputado Carlos Silva começou por dizer que o Presidente indigitado da SATA não tinha apresentado qualquer indicador no que respeita aos resultados, no decorrer da sua apresentação, e que é importante haver alguma informação do que é expetável. No que diz respeito ao cumprimento dos novos objetivos enquanto gestor e pelo convite que foi formulado pelo Governo Regional, questionou se esses objetivos foram estabelecidos e quais foram as metas concretas a atingir no âmbito das suas funções. Perguntou se haverá alguma diferença significativa entre as funções que desempenha neste momento, face àquilo que é perspetivado da nova sociedade e qual será a composição do restante Conselho de Administração, se ficará a



seu cargo a designação dos elementos que irão acompanhar ou se o Governo Regional irá indicar novos órgãos sociais.

Tendo a privatização sido assumida pelo então Presidente do Conselho de Administração da SATA, e também pelo Governo Regional, o Deputado questionou se esse processo de privatização não tiver o sucesso que se espera, se isso significa que não se sentirá confortável por manter-se na companhia ou se, pelo contrário, o processo de privatização e o seu sucesso terá uma relação direta com a sua manutenção nas funções de Presidente do Conselho de Administração.

O Presidente, sobre os resultados de 2022, respondeu que o terceiro trimestre já está fechado e tudo indica que operacionalmente serão melhores do que 2021, apesar de novembro e dezembro ainda não estarem fechados. Referiu que o que se tem assistido neste momento é o que vai ser a realidade. Falou da meteorologia, do preço do combustível que desceu significativamente nas últimas semanas, “o que se conseguiu fazer foi acomodar o impacto destas variáveis negativas todas dentro da margem de manobra que tínhamos dentro do Plano, objetivos para o novo mandato, é demasiado cedo para dizer”.

Reactivamente à composição do Conselho, salvo alguma surpresa que possa acontecer, anunciou que será o mesmo em termos de Executivo, remetendo o não executivo para o Governo. Sobre isso, “estamos à espera de que o Governo indique quem é que são os não-executivos”. No que diz respeito à sua permanência na direção da SATA, em detrimento do sucesso do processo de privatização, afirmou ser completamente independente, referindo que “até agora vivemos sem privatização, eu recomendo que ela seja feita e seja bem feita, mas se não ocorrer, por algum motivo, não afeta a decisão que na altura será de continuar ou não”.

O Deputado Carlos Silva lembrou o que tinha sido noticiado há pouco tempo, sobre a possibilidade de as agências de viagens se organizarem para fazerem parte do capital social da SATA. Questionou se essas manifestações são uma possibilidade forte e se são concretas de interesse. “Têm recebido contratos deste grupo, têm formado alguma intenção e pergunto isso porque foi anunciado pelo Governo, no debate do plano e orçamento, que o concurso público para a privatização de 51% iria arrancar a 1 de janeiro de 2023. Pressuponho que procedimentos e cadernos de encargos já estejam concluídos, ou já estejam numa fase muito avançada e haja concretamente manifestações de interesse na aquisição desses 51%”. Exposto isso, o Deputado questionou se houve algum contacto neste sentido e alguma proposta concreta. Por fim, perguntou se o financiamento do grupo SATA Holding é feito através da SATA Air Açores com a



nova empresa, se é ela a responsável pela emissão de novos empréstimos e depois fará, eventualmente, alguns empréstimos das empresas do grupo.

Ainda sobre os resultados de 2022 o Deputado afirmou que não é exetável que haja uma grande variação face àquilo que aconteceu em 2021 e queria perceber se será mais ou menos assim, sendo certo que alguns efeitos no final do ano podem alterar, para mais ou para menos, essa perspetiva. Questionou ainda sobre as Gateways, se no caderno de encargos acomoda essa preocupação de as manter, bem como as ligações que neste momento estão disponíveis para as mesmas (Pico, Faial e Santa Maria).

O Presidente disse que a discussão vai começar e a elaboração das peças processuais vão começar a 1 de janeiro. “Não quer dizer que estejam prontas, seria materialmente impossível fazer isso no tempo e o objetivo de todos é ter o caderno de encargos pronto o mais depressa possível, mas antes de fazer depressa, prefiro fazê-lo bem”. Referiu que aquilo que aconteceu no Congresso da APAV, não foi uma manifestação de interesse das agências de viagens de entrar no capital da empresa, houve sim uma preocupação sua dirigida às agências no sentido de entrarem com capital, “nós já tivemos meia dúzia de manifestações de interesse, eu disse que só depois do caderno de encargos estar pronto é que teriam que falar com quem de direito e definir o interesse”.

Explicou que o papel da SATA Holding no financiamento, aquilo que foi feito até agora foi no sentido de não haver necessidade de recorrer aos mercados e ao financiamento bancário nos próximos anos, disse mesmo que “a companhia deve ficar autossustentável a partir de 2023 e, portanto, a capitalização que temos deve permitir fazer isso”.

Sobre os resultados, dos números que se conhecem até ao final de outubro, esperam, que tanto os operacionais como os resultados líquidos, melhorem face a 2021, apesar das circunstâncias relativamente diferentes e significativas, mas prefere não antecipar nada, com receio que haja alguma coisa de última hora.

No que respeito às Gateways, disse que é um tema delicado, porque pela primeira vez há, de facto, no orçamento da República um valor significativo de 9 milhões de euros para compensação das companhias que operam nas 4 Gateways. Valor esse que terá que ser acompanhado por um caderno de encargos num concurso público internacional. Acrescentou que “aquilo que eu diria é que deva ficar no caderno de encargos, que a SATA, na sua nova estrutura acionista, tenha sempre que apresentar uma proposta. Se apresentar uma proposta e



perder não vem mal nenhum, porque isso significa que alguém ganhará e estará a fazer mobilidade das Gateways”. Concluiu dizendo que o Governo da República está a trabalhar com o da Região no sentido de afinar o caderno de encargos para as Gateways a partir do início de 2023.

O Deputado António Vasco Viveiros, em relação ao processo de venda, questionou se não há limite, ou seja, se for para privatizar 60%, 70% ou 80%, se esses processos se mantêm em aberto. O Presidente respondeu que sim, que o que a Comissão determina é que seja pelo menos 51%, mas em momentos subsequentes pode fazer parte da negociação do caderno de encargos ir mais além.

O Deputado, em termos de resultados, disse que o terceiro trimestre está fechado e pensa que que deve ter chegado à Assembleia, ou se não chegou, chegará nos próximos dias. O prazo limite é 31 de dezembro. Questionou se não tem ideia do valor com que fecharam os resultados no terceiro trimestre. O Presidente respondeu que não tinha em mente esse valor.

O Deputado continuou o seu pedido de esclarecimento. Do ponto de vista do capital social, disse pensar que o prazo terminava no final de 2022, questionou se o aval ao empréstimo até 135 milhões de euros, se o reforço de capital (pensa que eram 60 milhões de euros) já tinha sido realizado ou vai ser realizado até ao final do ano.

O Presidente respondeu que o empréstimo dos 60 milhões, sem aval do Governo, foi finalizado ontem. Os 135 milhões, está nas contas públicas de 2022. Referiu que “aquilo é o aval”. E que esse empréstimo já foi concluído (dos 165 milhões), não se antecipando nada de material para 2023 e todo este financiamento, até agora, deve ser suficiente para levar a companhia até 2026 ou 2028. Por isso, atualmente, não se antecipa ida aos mercados.

O Deputado António Vasco Viveiros, referindo-se às suas previsões, questionou se a SATA Internacional, abrindo o processo de privatização, de uma forma estimada, qual será o seu passivo para 2023.

O Presidente respondeu que seriam valores na ordem dos 200, 300 milhões de euros, mas tem o ativo também. Acrescentou que para 2023, a SATA deve entrar com capitais próprios marginalmente positivos. A Azores Airlines ainda não. É um esforço muito maior, mas que isso há de ser depois reposto ou decidido com o acionista.



Por fim, o Deputado António Vasco Viveiros, quando é colocada a SATA Internacional num processo de privatização, com capitais próprios negativos, questionou quais são os parâmetros de interesse e de atratividade para o mercado perante uma empresa com essa estrutura.

O Presidente respondeu que a SATA tem níveis de turismo na Região muito subdesenvolvidos. O potencial de tráfego é significativo, por um lado, tem uma frota das mais novas da indústria e com rendas de Leasing bastante bem negociadas e, portanto, qualquer companhia pode vir a ter um conjunto de 8 aviões, neste momento. Tem trabalhadores com capacidades técnicas muito bem-dotadas na indústria, porque operar nesta Região não é fácil. Ocupa um nicho de movimentação entre continentes.

O Deputado António Lima, relativamente à recente resolução do Conselho de Governo, que determinava a reorganização do Grupo SATA, criando uma nova Holding, determina também, no ponto 4, atualizar a constituição de uma nova sociedade, determinado pela Comissão Europeia da separação da atividade da NLink, para posterior privatização, gostaria de perceber se, tendo em conta esta resolução e esse objetivo, já foi avaliado e se já se conhece o que é que significa esta separação desta atividade e que ativos passarão para esta empresa.

Sobre a reestruturação e as injeções de capital, percebeu que todo o capital já estaria realizado, mas ficou com a dúvida de que isso seria um empréstimo da SATA e, não percebeu bem, se avaliado pela Região. Gostaria de saber em que ponto é que isto está e se é um empréstimo da SATA ou uma injeção de capital por parte da Região.

O Presidente respondeu que o fator que criou a discussão entre a SATA e a Comissão Europeia foi a necessidade de a companhia providenciar com fundos próprios ou com valores próprios o total da reestruturação do grupo. Aquilo que as regras comunitárias dizem é que o Grupo tem de contribuir pelo menos com 50% dos fundos de reestruturação e para encontrar esse valor a SATA teve que recorrer a um conjunto de iniciativas e blocos, porque o esforço era muito significativo. A atividade de handling teve de contribuir para isso com um valor na ordem dos 11 milhões de euros. Mesmo assim com todos esses valores só conseguiram chegar a um total de contribuição própria para o esforço de 40%. A Comissão aceitou, dado o carácter periférico desta operação. A possível privatização do handling está lá neste valor, mas a companhia pode questionar se num futuro próximo essa alienação é a que serve os seus melhores interesses. Apesar de estar na resolução, não há nada feito sobre esta iniciativa. Vai se manter tudo como está até porque a privatização da Azores Airlines é materialmente muito mais importante nesta altura. Quando chegar a altura de o discutir, a companhia tem de decidir qual é o melhor passo



a seguir. Sobre o tema do capital, faltava os 60 milhões do empréstimo feito sem o aval da Região. Esse foi concretizado ontem.

O Deputado António Lima voltou a questionar se essa seria uma injeção de capital, em dinheiro, por parte da Região (dos 62 milhões de euros que estavam em falta à data).

O Presidente respondeu que isso é um empréstimo acionista que foi aprovado a 7 de junho que pode estar em vias de concretização agora.

O Deputado Carlos Silva voltou a frisar a questão das agências de viagens, perguntando o que é que as agências de viagens têm que possa ser interessante para ingressar no capital social da SATA Internacional e porque é que este grupo de entidades é mais atrativo do que eventualmente uma companhia aérea. Sobre as rotas deficitárias, em concreto Nova Iorque e Funchal, quis saber se o risco é da SATA ou de uma entidade terceira.

O Deputado Nuno Barata quis saber sobre o prazo da sua nomeação, o que é que ficou acordado com o acionista e por quanto tempo seria esta nomeação. Ficou com a impressão de que, de facto havia manifestações de interesse de algumas entidades para aquisição da SATA Internacional e que mesmo depois destas injeções de capital, o passivo da companhia continua a situar-se entre os 200 e 300 milhões de euros. Perguntou se o Presidente acredita que há manifestações de interesse apesar de os ativos serem de relevante importância, nomeadamente o pessoal técnico e a idade dos aviões. “Acredita que é possível vender a companhia?” questionou, por fim.

O Deputado António Lima, no que diz respeito às Gateways com obrigações de serviço público, perguntou se o caderno de encargos irá garantir que a SATA mantenha a operação nessas rotas ou deixará isso em aberto.

O Presidente afirmou que “não diria que a SATA é mais atrativa para as agências de viagens que um operador da indústria, há vários casos de companhias aéreas que são detidas por agências de viagens”. Sobre as rotas que foram referidas, se elas são deficitárias ou não, agora no final do ano acredita que algumas não têm correspondido àquilo que gostariam, não por tráfego, mas sim pelos custos de operação. “Nova Iorque, em particular, tem um valor potencial muito para além do tráfego entre as rotas. No final do ano fazemos o exercício de ver rota a rota o que é que aconteceu, o que contribuiu, o que não contribuiu, o que pode ser corrigido e decidir em conformidade”. Quanto ao prazo de nomeação, acha que são 3 anos, mas não tem a certeza. Acredita que no processo de privatização, porque em 2018 já havia um comprador, mas o



processo não foi para a frente por outras razões. “A companhia estava em bem piores condições do que está hoje e, portanto, se havia um comprador acredito que agora será mais fácil. Há interessados, só estão à espera de ver quais as regras do jogo para definir de que forma nos abordarão”. No que diz respeito à continuidade das OSP, ficaram felizes por, finalmente, estar previsto um valor, neste momento de 9 milhões de euros, do orçamento da República para as OSP’s. O que não está definido ainda é o caderno de encargos da concessão.

3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

PS: Aprova o relatório e emite parecer de abstenção à indigitação do Dr. Luís Rodrigues para o Conselho de Administração da SATA HOLDING, S.A, pelo facto de, apesar do aumento do volume de negócios, no final do terceiro trimestre de 2022, a Sata Internacional apresentar um prejuízo acumulado de 44,4 milhões de euros e capitais próprios negativos na ordem dos 376,6 milhões de euros, evidenciando assim uma degradação acentuada da sua situação financeira.

PSD: Aprova o relatório e emite parecer favorável à indigitação do Dr. Luís Rodrigues para o Conselho de Administração da SATA HOLDING, S.A.

CDS-PP: Aprova o relatório e emite parecer favorável à indigitação do Dr. Luís Rodrigues para o Conselho de Administração da SATA HOLDING, S.A, pelo facto de demonstrar ser um profundo conhecedor do sector, do processo de reestruturação em curso e, não obstante, pelo facto de ter estado em todo o processo negocial do plano de reestruturação a que a empresa se encontra vinculada. Tendo tomado parte no processo negocial, será, porventura, a pessoa mais indicada a levar a cabo o plano de reestruturação sem surpresas quanto ao acordado.

CH: Não emitiu parecer.

BE: O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, apesar de não ter assento na Comissão Especializada Permanente de Economia, foi auscultado, mas não emitiu parecer.

PPM: Não emitiu parecer.



IL: Não emitiu parecer.

PAN: Não emitiu parecer.

DEPUTADO INDEPENDENTE: Não emitiu parecer.

Ponta Delgada, 29 de dezembro de 2022.

A Relatora

(Patrícia Miranda)

O presente relatório **foi aprovado por unanimidade.**

Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

(José Ávila)